

GARAU, Michele. *Anatomia da revolta – temporalidade e destituição*. Trad. Andityas Matos. São Paulo: sobinfluencia, 2024.

Abertura ao radicalismo emancipatório pelo tempo ¹

ERICK SILVA OMENA DE MELO²

Doutor em Política e Planejamento pela Oxford Brookes University
erickomena@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2890-9446>

Palavras-chave: Revolução. Temporalidade. Insurgência.

Este escrito se propõe a resenhar o livro *Anatomia da revolta – temporalidade e destituição* de Michele Garau. A obra em questão foi publicada no Brasil, em 2024, pela editora *sobinfluencia*, cuja orientação editorial volta-se a publicações de caráter comunista, anarquista e de esquerda radical, abordando temáticas políticas, sociais, culturais e filosóficas. Michele Garau, autor da obra, é pesquisador e militante revolucionário italiano erradicado em Turim, que trabalha com a construção genealógica da política anticapitalista e tensiona pressupostos das tradições operárias e socialistas³. Apesar de estar inserido no meio acadêmico, sua produção possui objetivo de intervir politicamente a partir de categorias que mobilizam uma ética da prática de esquerda radical no tempo contemporâneo.

Para tanto, o pesquisador procura subverter conceitos tradicionais como revolução e sujeito, pois entende que essas elaborações precisam ser reformuladas diante de um cenário de rebaixamento das expectativas de futuro e esgotamento das formas tradicionais de atuação anticapitalista. Nesse sentido, se debruça sobre os levantes urbanos por intermédio da crítica revolucionária, com destaque para a ideia de destituição e insurreição do tempo. Mais especificamente, em *Anatomia da Revolta*, Garau apresenta uma coleção de ensaios⁴ nos quais elabora uma articulação profícua com pensadores como Karl Marx, Walter Benjamin, Giorgio Agamben, Michel Foucault, Maurice Blanchot e o grupo Comitê Invisível. A ideia de apresentar uma espécie de história a contrapelo das experiências revolucionárias perpassa cada um dos textos. De antemão, cabe ressaltar que o autor não enxerga as experiências revolucionárias

¹ Recebido em 30/01/2026. Aprovado em 02/03/2026.

² Professor Adjunto do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e Pesquisador do INCT Observatório das Metrôpoles.

³ Garau é pesquisador contratado no Departamento de Cultura, Política e Sociedade da Universidade de Turim.

⁴ Segundo a nota editorial presente no início da obra, essa coleção de ensaios consiste em uma compilação inédita de materiais inicialmente publicados no extinto blog *Qui e Ora*.



realmente existentes como modelos fixos a serem seguidos, mas sim como fonte de radicalidade a ser (re)interpretada; similar à teorização benjaminiana que compreende a incompletude do passado como possibilidade para o futuro.

O livro, sob essa lente, oferece um importante painel crítico para compreendermos os motivos pelos quais somente será possível vivenciar um tempo revolucionário ao se revolucionar o tempo. Em outras palavras, defende-se que ao transformar o tempo, abre-se espaço para múltiplas revoltas. As duas primeiras décadas do século XXI foram palco de manifestações sociais que, mesmo com características distintas, expressam uma reação à experiência no capitalismo em colapso. Enquanto o século XX testemunhou uma série de revoluções, o século XXI se inicia em meio a revoltas; é nessa conjuntura que o livro emerge.

Desse modo, refletir sobre a temporalidade da revolta expressa um dos desafios colocados: questionar como o tempo da revolução deve ser algo experienciado no presente, no “aqui e agora”, e não como um evento futuro em permanente *devir*. Já que esse tempo nunca chega, torna-se necessário repensar o próprio tempo. Ao longo de suas apreciações, a obra compreende a revolução como um movimento dinâmico que atravessa o tempo e sob essa égide modifica as relações com o passado, com o presente e com o futuro. Assim, a identidade político-filosófica vinculada à esquerda radical deve transcender a adesão partidária, pautando suas ações na construção popular de uma plataforma multidisciplinar balizada em uma forma de vida revolucionária que atravessa corpos e afeta o cotidiano.

Ao construir uma contribuição sobre a genealogia histórico-filosófica das transformações referentes às ações, estratégias e orientações das políticas anticapitalistas, Garau traça uma genealogia política das revoltas. Essa concepção decorre da sua investigação sobre as formas de insurreições que fogem das instituições tradicionais de esquerda, representadas sobretudo pelos partidos ou mesmo pela noção ontológica de sujeito revolucionário. Com isso, tais teorizações fornecem subsídios robustos para pesquisas que se debruçam sobre as temáticas associadas às revoltas, insurgências e contestações.

No primeiro capítulo “Aqui e agora? Sobre a intensidade e a duração da temporalidade revolucionária”, Garau argumenta que a noção de uma mudança radical das condições de vida fora esvaziada de sentido em virtude do compromisso com a ideia ocidental, moderna e desenvolvimentista vinculada a necessidade histórica progressista e planificável. “O mundo capitalista percorre o ritmo cíclico e fugidio de um presente perpétuo que se renova fatalmente na continuidade das suas operações” (p. 17). Além disso, um dos efeitos apontados como decorrentes (e geradores) dessa dinâmica é a potência religiosa e idolátrica do dinheiro.

Já no segundo capítulo “Sem porquê: O *a priori* existencial do agir destituente”, o autor sustenta a prerrogativa na qual habitamos uma época em que a falta de sentido constitui a condição geral, à luz da perspectiva heideggeriana de topologia do ser. Sob essa visão, o ato de “decidir” emerge como processo de acolhimento do que está presente na possibilidade histórica de despojar-se da “vontade” (p.27). Em outras palavras, aborda-se o “querer o não querer” através da inversão do estranhamento da experiência em “desapego de si”. Assim, a proposição de que existe uma diferenciação entre o materialismo da presença e as metafísicas do sujeito marca seus argumentos.

Na sequência, o terceiro capítulo “Anatomia da revolta: primeira parte” trata do ressurgimento das revoltas a partir do entendimento de que estas evocam um imaginário específico de afetos e disposições. Nesse sentido, é proposta uma interpretação das revoltas como contraste a uma escala de práticas. Esse movimento analítico é justificado devido ao fato de que há uma tendência da teoria crítica em investigar apenas o impulso de suspensão que marca os novos ciclos de revoltas das últimas décadas. Trata-se de uma tentativa de preencher a lacuna relacionada ao entendimento de suas dinâmicas de funcionamento interno (p.60).

Em “Anatomia da revolta: segunda parte”, quarto capítulo, Garau busca construir uma análise das linhas de trajetória das revoltas populares, sem se dirigir a um regresso infinito como fazem alguns pensadores. Contudo, chama a atenção para uma dinâmica pertinente: periodizar e localizar esses processos são desafios laboriosos, tendo em vista que os pontos mais pertinentes sobre esses episódios do passado entram em contato com o presente (p.80). Manifestando seu argumento, o autor considera que as revoltas camponesas do século XVII e os *riots* dos atuais subúrbios metropolitanos se assemelham, pois ambos dependem de arranjos sistêmicos de equilíbrio entre extração e realização do valor. Nas duas contextualizações, a despossessão se encontra nas praças, ruas e não nos locais de exploração tradicionais como a fábrica (p.82-83).

Na sequência, o livro apresenta o quinto capítulo “A ultraesquerda e o “partido histórico” da revolução”. O subtítulo “A ultraesquerda no contexto alemão do primeiro pós-guerra” anuncia o conteúdo tratado. Nesse fragmento, Garau situa suas considerações na ideia de que a literatura com a qual dialoga se refere à ultraesquerda como uma taxonomia vigente no cerne do socialismo internacional do início do século XX. Nesse quadro, o pensamento de esquerda era correspondente ao bolchevismo em direção a Lenin e a chamada ultraesquerda referia-se à fração que construiu uma oposição de esquerda ao leninismo, desde os marcos da Terceira Internacional. Nessa linha, a relação (e diferença) entre participação e autonomia operária, a partir de Jacques Camatte, é um dos principais temas do ensaio.

Por fim, no sexto ensaio “Saturação” o autor esboça um delineamento acerca de um discurso sobre estratégia a partir de um cenário conjuntural na Itália atual. Para Garau, “poucos momentos como o presente dão a sensação de um colapso geral de todos os protocolos e receitas” (p.149). À vista disso, propõe o método da saturação que consiste, basicamente, em tematizar a decadência da orientação revolucionária para levar sua vitalidade à um renovado posicionamento.

De modo geral, a maneira pela qual a obra explora a temporalidade apresenta uma articulação pertinente com alguns debates historiográficos, sobretudo ao conceito de regimes de historicidade apresentado por Hartog (2014). Para esse historiador francês, a década de 1970 presenciou uma profunda transformação nas formas pelas quais os sujeitos (e o tecido social) experimentavam suas relações com o futuro e com o passado. Um dos efeitos dessa alteração foi o engendramento de um regime de historicidade presentista, no qual o imediatismo é valorizado e o passado se projeta para o presente, impedindo vislumbrar o futuro. Para Hartog (2014), com o regime presentista, o futuro deixa de ser portador de utopias modernizantes, passando a carregar uma série de ameaças ao ser humano. À luz dessa teoria, sustenta-se que o desenvolvimento da sociedade capitalista pulverizou a concepção da dimensão histórica e anulou a concepção não memorialística do passado.

O filósofo brasileiro Paulo Arantes (2014) também bebe da teoria historiográfica para diagnosticar o tempo do fim (tracejado pela catástrofe), levando-o a denominar a situação da sociedade capitalista atual como um novo tempo do mundo⁵. Em função desse balizamento, considera-se que o movimento analítico construído por Arantes apresenta vasta conexão ao diagnóstico elaborado na obra resenhada, que por sua vez forneceu suas bases de entendimento para construir a genealogia da revolta.

Ao explorar o conteúdo abordado em cada um dos capítulos/ensaios de *Anatomia da Revolta*, é possível intuir que o autor rejeita uma concepção de revolução que requer a submissão dos sujeitos à uma causa revolucionária generalista. Sua interpretação articula que a ação revolucionária não consiste em uma narrativa totalizadora, uma vez que emerge em momentos descontínuos e não-lineares. “Não há um acúmulo quantitativo que, peça por peça, atinge o limiar qualitativo que converte o descontentamento em revolta” (p.40). À vista disso, Garau considera que o ciclo mais recente de revoltas urbanas motivadas pela crise de 2008, que levou à ocupação de praças e espaços públicos ao redor do mundo, representou uma inflexão e

⁵ Para Arantes (2014, p.166) o novo tempo do mundo é marcado pela reversão dos horizontes de expectativa através do encurtamento da distância entre horizonte de expectativa e espaço de experiência.

rompeu com as categorias de identidade política clássicas⁶. Sob essa cobertura, a expressão da revolta ganha um caráter fluído, afastando-se das percepções tradicionalistas.

Por essa razão, é possível argumentar que a continuidade da utilização lexical clássica da esquerda, como “soberania nacional”, “desenvolvimento”, “modernização” e “representação” apresenta um potencial entrave à (re)imaginação de novos horizontes utópicos anticapitalistas e modos de organizar a luta. Nessa linha, Garau sugere uma nova constelação de conceitos e teorizações, como o comum; o autogoverno; a cooperação social e o êxodo. O caráter destituente das revoltas, sob esse olhar, constitui uma espécie de abertura temporal. Por conseguinte, considera-se fundamental derrubar a sincronia temporal imposta pelo capital, para então permitir que múltiplas temporalidades coexistam, evitando que a luta seja reduzida ao tempo homogêneo da produtividade e da eficiência neoliberalizante.

A obra, portanto, apresenta uma visão crítica contundente em relação às formas organizacionais tradicionais e propõe que o fazer-político da esquerda radical seja reinventado a partir de fissuras e rupturas, mesmo que breves, fragmentárias ou idiossincráticas. Porém, o autor não descreve tais dinâmicas como um estrategista político vulgar, mas sim como um teórico dos processos socioculturais que lança perguntas para repensarmos o sentido do agir-político na era do colapso planetário. A pergunta que fica é: por que lutar em um mundo sem futuro?

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

OMENA, Erick; SOUZA, Rafael de. Junho de 2013 em perspectiva histórica: as raízes urbanas e autonomistas da revolta. **Desigualdade & Diversidade**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 91-145, 2023.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

⁶ Embora não seja o escopo da obra resenhada, consideramos a necessidade de maior concretude e historicidade na análise dos ciclos de revoltas engendrados após a crise de 2008. Para uma abordagem que contempla essa perspectiva, com ênfase nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, ver Omena e Souza (2023).